

Comércio diz que não opinou sobre horário

O presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Distrito Federal, José Neves, disse ontem que, a implantação da semana inglesa, em Brasília, foi discutida de forma assodada, com interesses político-eleitorais por parte dos que a encaminharam e dos diretores do Sindicato dos Comerciantes. Segundo ele, os setores mais interessados no assunto não foram ouvidos, o que representa um grave erro de encaminhamento da questão.

A Câmara Legislativa, na opinião de Neves, aprovou o projeto de forma precipitada, sem nenhuma discussão com os setores interessados. "A Federação que eu represento não recebeu nenhuma comunicação sobre o assunto, nem foi ouvida", afirma. Neves discorda do termo "semana inglesa", por considerá-lo ultrapassado, e diz que o correto seria chamar de "semana do comerciante".

ZULEIKA DE SOUZA



Neves: "não fomos ouvidos"

José Neves acusa o Sindicato dos Comerciantes, do qual já foi presidente, de ter encaminhado a questão de forma eleitoral e diz que a entidade se transformou num birô eleitoral do PDT, via senador Maurício Corrêa. "O sindicato esqueceu suas lutas específicas e partiu para a luta eleitoral, beneficiando partidos políticos ligados aos atuais diretores", denuncia.

Considerando o assunto "muito polêmico", Neves afirma que o correto, agora, seria sentar à mesma mesa, o síndica-

to e a Federação dos Comerciantes, representantes dos empresários e da Câmara Legislativa e do GDF para chegarem a um acordo que venha trazer benefícios para a categoria e para a população.

Horário — Neves acredita que os elaboradores do projeto aprovado pela Câmara Legislativa, sob os aplausos do Sindicato dos Comerciantes, e vetado pelo governador Joaquim Roriz, não têm conhecimento do que seja "semana inglesa" ou horário de funcionamento do comércio.

A "semana do comerciante", afirma José Neves, só poderá ser implantada de duas formas: por convenção coletiva de trabalho ou por lei do governo do Distrito Federal. Ele teme que com a implantação da semana inglesa, da forma como o projeto foi elaborado, a população seja a mais prejudicada.

Da forma como o projeto foi discutido e aprovado pela Câmara Legislativa, dentro de pouco tempo os setores interessados devem fazer novas emendas. "Nós temos que fazer um projeto acabado para evitar as emendas", diz.